

A primeira Escola presencial gratuita de Inteligência Artificial do Brasil





Advogada

Data Protection Officer (DPO) certificada pela EXIN

Especialista em Compliance Digital

Pós-graduanda em Segurança da Informação

Instrutora credenciada EXIN

Professora de MBA

Articulista

Escritora de livros jurídicos

<https://www.linkedin.com/in/alessandra-souza-costa-368a6030/>

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8976759J6>

**LGPD:**  
**O que os profissionais da área  
de tecnologia e dados  
precisam saber?**

---

# Constituição Federal de 1988

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*(...)*

***X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;***

*(...)*







# LGPD (Lei nº 13.709/2018)

- ☐ Regras para tratamento de dados pessoais (PF), inclusive nos meios digitais, por PF ou por PJ de direito público ou privado.
- ☐ Visa proteger os **direitos fundamentais de liberdade e de privacidade** e o livre desenvolvimento da personalidade da PF.



# Titular, controlador e operador

- **Titular:** PF a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
  - **Controlador:** PF ou PJ, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
  - **Operador:** PF ou PJ, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- 
- 
- 
- 

# Em que situação devo aplicar a LGPD?

A qualquer operação de tratamento realizada por PF ou por PJ de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:

- ☐ a operação de tratamento seja realizada no território nacional;
- ☐ a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou
- ☐ os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.

# Tipo de dados

- **Dado pessoal:** informação relacionada a PF identificada ou identificável;
- **Dado pessoal sensível:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual (orientação sexual), dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.



# Tipo de dados

- **Dado pessoal:** informação relacionada a PF identificada ou identificável;
- **Dado pessoal sensível:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual (orientação sexual), dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

# PRINCÍPIOS



# Princípios

- **Finalidade:** realização do tratamento para **propósitos legítimos, específicos**, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
- **Adequação:** **compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular**, de acordo com o contexto do tratamento;
- **Necessidade:** **limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades**, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;
- **Livre acesso:** **garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita** sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

# Princípios

- **Qualidade dos dados:** garantia, aos titulares, de **exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade** e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;
- **Transparência:** garantia, aos titulares, de **informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento**, observados os segredos comercial e industrial;
- **Segurança:** utilização de **medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas** de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- **Prevenção:** adoção de **medidas para prevenir a ocorrência de danos** em virtude do tratamento de dados pessoais;

# Princípios

- **Não discriminação:** impossibilidade de **realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;**
- **Responsabilização e prestação de contas:** demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de **comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais** e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

# **BASES LEGAIS**



# Bases legais

- **Consentimento** - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;
- **Cumprimento de obrigação** - para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- **Execução de políticas públicas** - pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres;

# Bases legais

- **Estudos por órgãos de pesquisa** - para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- **Execução de contrato** - quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;



# Bases legais

- **Exercício regular de direitos** - para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- **Proteção da vida** - para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
- **Tutela da saúde** - para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;

# Bases legais

- **Proteção de crédito** - para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente;
- **Legítimo interesse** - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais;

# Bases legais

*Art. 10. O legítimo interesse do controlador somente poderá fundamentar tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas, consideradas a partir de situações concretas, que incluem, mas não se limitam a:*

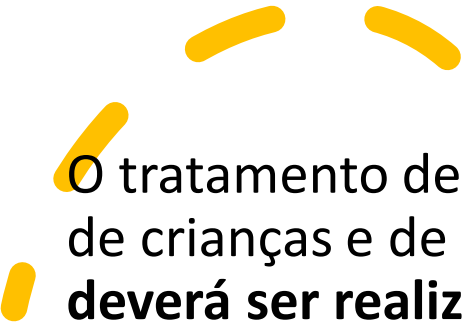
*I - **apoio e promoção de atividades do controlador;** e*

*II - **proteção, em relação ao titular,** do exercício regular de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais, nos termos desta Lei.*

*§ 1º Quando o tratamento for baseado no legítimo interesse do controlador, somente os dados pessoais estritamente necessários para a finalidade pretendida poderão ser tratados.*

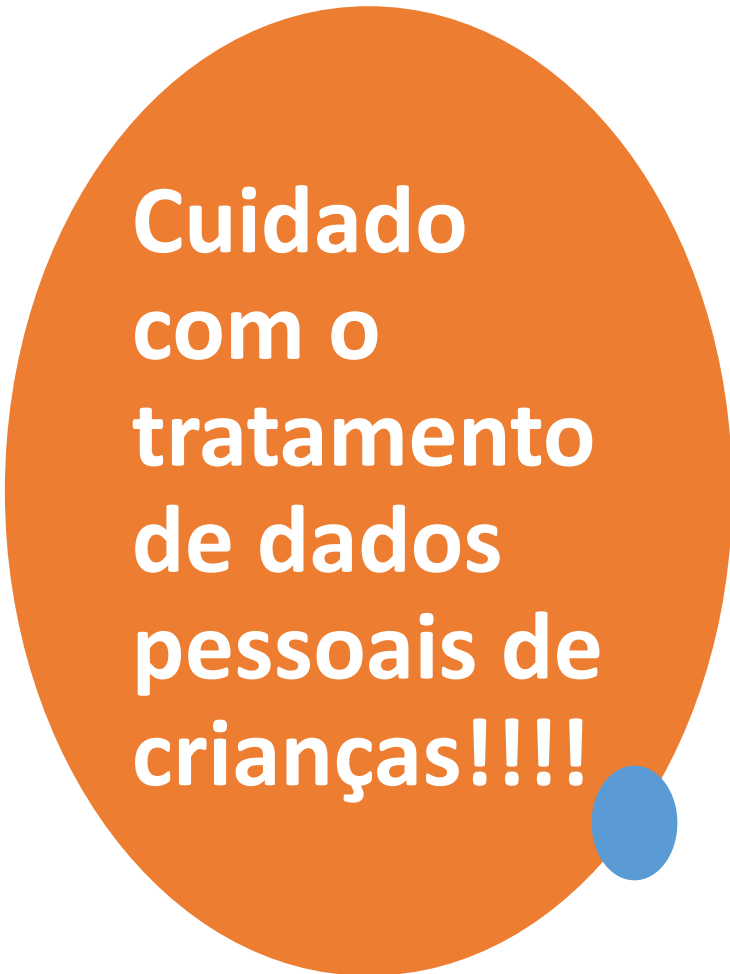
*§ 2º O controlador deverá adotar medidas para garantir a transparência do tratamento de dados baseado em seu legítimo interesse.*

*§ 3º **A autoridade nacional poderá solicitar ao controlador relatório de impacto à proteção de dados pessoais,** quando o tratamento tiver como fundamento seu interesse legítimo, observados os segredos comercial e industrial.*



O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes **deverá ser realizado em seu melhor interesse.**


O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o **consentimento específico** e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.



**Cuidado  
com o  
tratamento  
de dados  
pessoais de  
crianças!!!!**



# A partir de qual data a LGPD deve ser observada?

- 08/2020, 12/2020 ou 03/2021?
  - Como serão aplicadas as sanções Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)?
- 

# Nota de esclarecimento do Senado

[Senado Notícias](#)[Senado Multimídia](#)[Senado Verifica](#)[Rádio Senado](#)[TV Senado](#)[Senado Fotos](#)[Perguntas Frequentes](#)

[Página Inicial](#) > [Notas](#) > Nota de esclarecimento – Vigência da LGPD

26/08/20, 19h46

## Nota de esclarecimento – Vigência da LGPD

A respeito da aprovação da MP 959/2020 e a vigência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Assessoria de Imprensa do Senado Federal esclarece:

O Senado Federal aprovou nesta quarta-feira (26) a medida provisória nº 959/2020 que adia, em seu art. 4º, o início da vigência da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados). Ocorre que o art. 4º, foi considerado prejudicado e, assim, o adiamento nele previsto não mais acontecerá.

No entanto, a LGPD não entrará em vigor imediatamente, mas somente após sanção ou veto do restante do projeto de lei de conversão, nos exatos termos do § 12 do art. 62 da Constituição Federal:

“Art. 62 (...)

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.”

Assim, ressaltamos que a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD só entra em vigor após a sanção ou veto dos demais dispositivos da MP 959/2020.

Atenciosamente,  
Assessoria de Imprensa  
Senado Federal

### Notícias em destaque



[Congresso define vetos de Bolsonaro que serão votados em setembro](#)



[Proposta de Orçamento tem que chegar ao Congresso até segunda](#)



[Comissão mista da covid-19 ouve ministro Paulo Guedes na terça](#)

[Mais notícias >](#)

Pesquisa Rápida

### Matérias Legislativas

Pesquisa em todas informações que aparecem na página da matéria, como ementa, apelido, tramitação, descrição dos arquivos anexados, etc.

<https://www12.senado.leg.br/assessoria-de-imprensa/notas/nota-de-esclarecimento-vigencia-da-lgpd>

# Penalidades

As consequências pelo descumprimento da LGDP podem incluir **advertência, medidas corretivas, multas diárias, e a eliminação dos dados** a que se refere a infração.

A multa pode chegar **até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado**, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a **R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração**.



# Qual a responsabilidade dos profissionais de tecnologia e de dados?

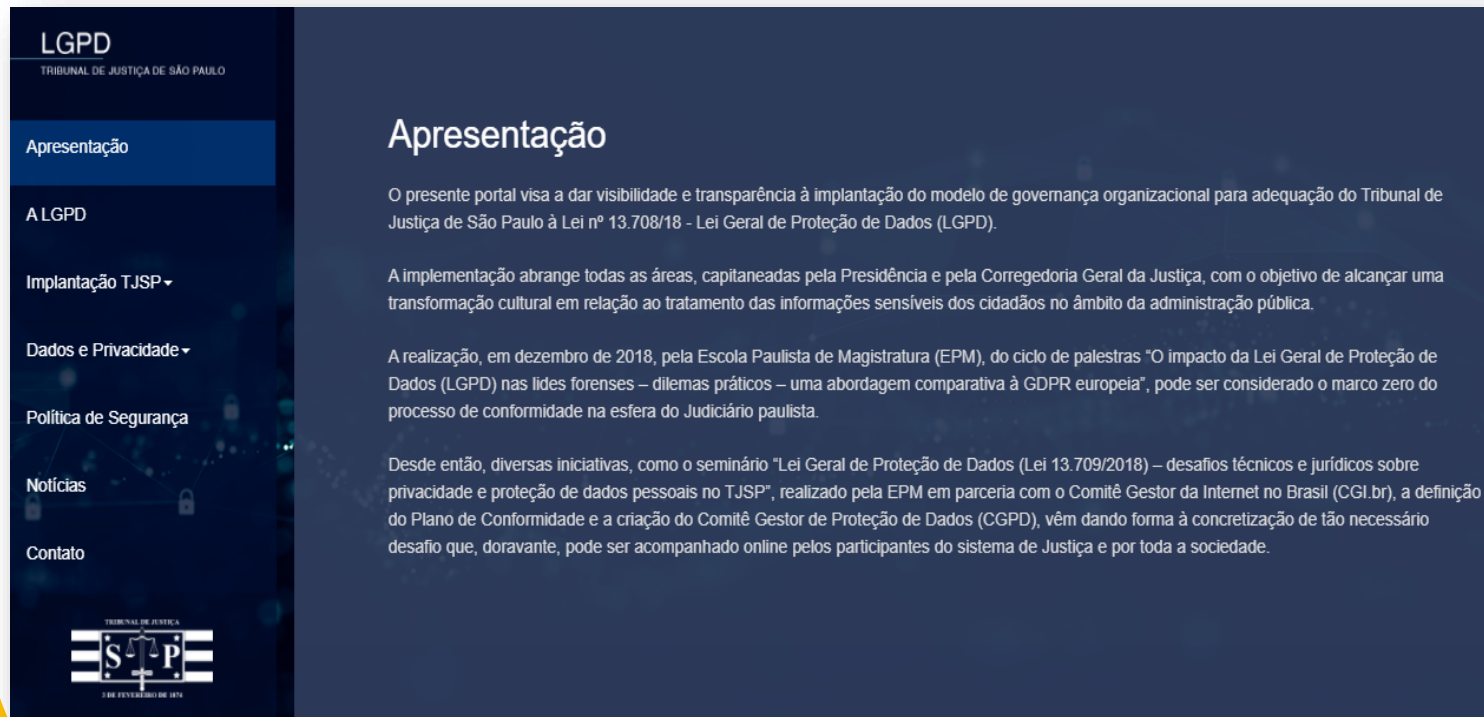
- Contrato de trabalho
- Contrato de PJ
- Contrato de PF



Atenção ao  
iniciar um  
projeto!



# Tribunal de Justiça de SP



<http://www.tjsp.jus.br/LGPD/LGPD/Apresentacao>

# PROCON

## Registro de Atendimento - Reclamação

Identificação

Detalhes

Reclamação

Anexos

Finalizar

☒ Sou titular da compra ou contratação

Verifique [aqui](#) quais são os documentos necessários para registrar sua Reclamação

Classificação \*

Serviços Financeiros / Dados Pessoais: Negativação, Inscrição, Divulgação, Compartilhamento / Informação

Selecione



Selecione

Dados pessoais incorretos - dificuldade de retificação

Dados pessoais ou financeiros consultados, coletados, publicados ou repassados sem autorização

Falha / ausência de informação

Falta de informação sobre o responsável pela coleta dos dados

Dados do Fornecedor

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

<https://consumidor.procon.sp.gov.br/>

# Pontos de atenção

- Estabelecer regras internas para aplicação do *compliance*;
- Definir políticas adequadas;
- Definir códigos de conduta e de privacidade;
- Investir em treinamentos e numa equipe de apoio;
- Aplicar as sanções trabalhistas (advertência, suspensão ou justa causa) quando houver prova de que o empregado não observou os procedimentos;
- Criar canal de denúncia.

# Sugestões para consulta

**Lei nº 13.709/2018**

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709compilado.htm)

**Decreto nº 10.474/2020**

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10474.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10474.htm)